

Público

18-10-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 1241

Imagem: S/Cor

Página (s): 8

TC revoga expulsão de militante do PS que denunciou fraudes em Coimbra

Cristina Martins foi expulsa depois de denunciar irregularidades na inscrição de militantes durante a liderança de António José Seguro. A visada pede a demissão de Ramos Preto do Conselho de Jurisdição

Partidos Nuno Sá Lourenço

O Tribunal Constitucional pronunciou-se contra a expulsão de Cristina Martins do PS, depois de esta socialista ter denunciado ao Ministério Público suspeitas de fraude na inscrição de militantes em Coimbra. “O que peço agora ao partido é que proceda de acordo com os estatutos e aplique a pena devida, nem que seja uma admoestação [a Tiago Castelo Branco, da Comissão de Jurisdição Federativa de Coimbra, e a Ramos Preto, presidente da Comissão Nacional de Jurisdição]”. Foi assim que a militante socialista Cristina Martins reagiu à decisão do TC de considerar antiestatutária a expulsão decretada pelas comissões de jurisdição do PS.

A militante tinha recorrido para o Palácio Rattón. Os juízes-conselheiros consideraram a 15 de Outubro que deveria ser declarada “inválida a decisão impugnada [expulsão] por violação do princípio da segurança jurídica”. Traduzida, a decisão do TC considerou que o processo de Cristina Martins, enquanto dirigente local do PS, não podia ter sido desencadeado e instruído pela Comissão de Jurisdição Federativa, mas antes pela Comissão Nacional. Como a última aceitou o processo da primeira, cometeu uma irregularidade.

Cristina Martins considerava-se ontem reintegrada no PS. “Continuo a ser a militante número 23.778”, disse, depois de criticar os dirigentes envolvidos no processo. “Tiago Castelo Branco e Ramos Preto já deviam ter vindo a público pedir a demissão dos cargos que ocupam e pedir desculpa ao PS pelo mau nome que lhe deram. Não têm competência moral política para se manterem em funções”, rematou. A socialista garantiu ainda estar convencida de que a sua expulsão se deveu “ao ódio e à corrupção interna que existe em Coimbra”.

Foi em 2012 que Cristina Martins – antiga coordenadora da secção da Sé Nova do PS de Coimbra – denunciou a existência de inscrições de militantes com “moradas que não existem”, “moradas erradas” e “duplas filiações”, entre outros casos. Todo o processo decorreu durante os mandatos do demissionário secretário-geral, António José Seguro, e numa federação que apoiou a sua liderança.



O deputado Ramos Preto (à direita na foto) preside à comissão de jurisdição responsável pela demissão

PS cauteloso quer debater dívida com especialistas

Socialistas preparavam ontem uma resolução a apresentar no Parlamento

Durante o dia de ontem, o grupo parlamentar do PS apenas admitia que um projecto de resolução estava a ser ultimado. A intenção dos socialistas era marcar o ponto no dia do debate da Petição sobre o Manifesto dos 74, agendado para quarta-feira, que defende a reestruturação da dívida pública. Ao que o PÚBLICO apurou, o principal partido da oposição pretendia evitar recorrer às expressões “renegociação” ou “reestruturação” no seu documento. A intenção era não deixar sem resposta o apelo de debate feito pelos signatários da petição. E, assim, o grupo parlamentar socialista ponderava avançar com um processo parlamentar de audição pública que levasse à Assembleia personalidades e especialistas na matéria,

capazes de apresentar “soluções responsáveis e exequíveis”. Portanto, ao mesmo tempo que rejeitava a política de austeridade do actual Governo, balizava os seus limites. O novo PS, que resulta da vitória de António Costa nas primárias, não parece disponível para propostas mais radicais, como a defesa unilateral de um *hair-cut* aos valores da dívida ou a saída do euro. Ao que o PÚBLICO apurou, o texto em preparação insiste numa resposta à escala europeia, avisando que o PS continua a acreditar no projecto europeu “em todas as suas dimensões”.

Uma posição cautelosa que reflecte a forma como o futuro secretário-geral do PS tem lidado com o tema desde que avançou para as primárias socialistas.

O presidente da Câmara de Lisboa decidiu, entretanto,

que vai participar pela última vez no programa Quadratura do Círculo, da SIC Notícias, na quinta-feira dia 20 de Novembro. O candidato a primeiro-ministro pelo PS que será eleito secretário-geral do partido nas eleições directas de dia 21 e 22 de Novembro abandona assim o papel de comentador político na véspera de vestir a pele de líder do partido. A origem do programa Quadratura do Círculo é o programa Flashback, um programa de comentário semanal que começou no final dos anos 1980 na TSF aos domingos de manhã, moderado por Emídio Rangel e com um painel de comentadores que eram Pacheco Pereira, José Magalhães e Pulido Valente.

Em meados dos anos 1990 passou a ser emitido em simultâneo pela SIC. **N.S.L./S.J.A.**

O Conselho de Jurisdição, liderado pelo deputado Ramos Preto, expulsara Cristina Martins este ano, depois do processo instruído na comissão federativa em Coimbra, com o argumento de que esta não havia seguido todos os canais internos antes de avançar para as autoridades judiciais.

Contactado pelo PÚBLICO, Ramos Preto escusou-se a fazer comentários sobre a decisão. Existem agora três saídas para o embaraço criado ao PS. Ou o partido avança com um novo processo disciplinar contra Cristina Martins na Comissão Nacional de Jurisdição, ou recorre para o plenário do TC, ou não recorre e reintegra a militante. Segundo dirigentes nacionais contactados pelo PÚBLICO, deverá ser seguida esta última opção.

Em 2012, o PÚBLICO noticiou a participação criminal feita por Cristina Martins. Nesse ano, entregou provas documentais no DIAP.

Na participação, a que o PÚBLICO teve acesso na altura, são denunciadas suspeitas dos crimes de “falsificação ou contrafacção de documento” e de “uso de documento de identificação alheio”. E enumeram-se os casos concretos. Num mesmo “apartamento”, numa rua identificada em Coimbra, por exemplo, foram inscritos nove militantes “apesar de recensados em lugares diferentes e dispersos, onde também, por coincidência (ou não), moram já, pelo menos, outros treze cidadãos militantes do PS”. A queixa identifica ainda outra morada que foi colocada como residência de sete candidatos a militantes. “Ora sucede que nessa morada fica a casa de José Manuel [nome fictício] e família, o qual declara que ali não vive nem nunca residiu nenhum dos candidatos a militantes.”

A responsável por esta secção confirmou ao PÚBLICO a queixa apresentada no DIAP. Cristina Martins explicou que o que lhe “chamou a atenção” foi deparar com inscrições em que constavam nomes de ruas que não existiam em Coimbra: “Rua da Amizade, por exemplo.” O objectivo dessas inscrições em massa de novos militantes passava por tentar condicionar as eleições para os órgãos internos. Tudo isto potenciado pelo facto de, no momento da inscrição, não se exigir qualquer documento de identificação ao candidato. Uma insuficiência que foi alterada por proposta de António José Seguro.